



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA  
PROCURADORIA GERAL

PROCESSO N°. 013/2019 - GP/PMA.

PROCEDÊNCIA: GABINETE DO PREFEITO DE ANANINDEUA.

INTERESSADOS: GRIFFO COMUNICAÇÃO E JORNALISMO LTDA.

ASSUNTO: Possibilidade do 6º aditamento para prorrogação de prazo do contrato administrativo n°. 024/2014.PMA.GP.

Parecer n° 042/2019-PROGE

Ananindeua - PA, 22/01/2019.

EMENTA: 6º T. ADITIVO. SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. VIABILIDADE DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL. SERVIÇO CONTINUADO. POSSIBILIDADE COM BASE NO ART. 57 INC. II DA LEI N° 8666/93.

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de manifestação sobre a possibilidade do Município de Ananindeua, através do Gabinete do Prefeito, aditar pela 6ª vez o contrato administrativo n°. 024/2014.PMA.GP firmado com a empresa GRIFFO COMUNICAÇÃO E JORNALISMO LTDA - CNPJ n° 04.144.804/0001-15, que tem como objeto a prestação de serviços de Publicidade, para prorrogar a sua vigência por mais 06 (seis) meses. Nesse sentido, estabelecemos as seguintes considerações:

**I - DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO.**

Antes da análise de mérito, achamos por oportuno transcrever as disposições contidas no artigo. 57, Inciso II, da Lei n°. 8.666/93:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...);

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que PODERÃO TER A SUA DURAÇÃO PRORROGADA POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS COM VISTAS À OBTENÇÃO DE PREÇOS E CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS PARA A ADMINISTRAÇÃO, LIMITADA A SESENTA MESES; (Grifamos e ressaltamos).

O dispositivo legal é claro quando permite que a vigência do contrato seja prorrogada por igual período ou sucessivos até o limite de sessenta meses. O aditamento proposto tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência por mais 06 (seis) meses, em razão da necessidade permanente da prestação do serviço estando dentro do limite legal e, portanto, apto a ser formalizado.

Cabe esclarecer que os serviços insertos na possibilidade trazida pelo referido artigo, deverão ser de natureza contínua, que são aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais, tendo em vista que se destinam a atender necessidades públicas permanentes.

Nesse sentido, afirma Marçal Justen Filho justifica:





PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA  
PROCURADORIA GERAL

"A identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade a ser desenvolvida pelos particulares, como execução contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também compreendidas necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades que não são essenciais". (JUSTEN, Marçal Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12 ed. São Paulo: Dialética, 2008, p.669).

Corroborando com o exposto, dispõe o TCU no Acórdão 132/2008 que:

"O caráter contínuo de um serviço é determinado por sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

Conforme o Ministro do TCU Benjamim Zymler consignou em acórdão, é clara a possibilidade dos serviços de publicidade serem enquadrados como contínuos, vejamos:

[...] "3, De início, registro que, diversamente do entendimento defendido pelo Eminent Relator dos autos, não vejo óbice a que os contratos de publicidade tenham seu prazo de vigência superior a um exercício, em face do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. Na realidade, os serviços de publicidade podem ser considerados serviços de natureza contínua, desde que correspondam a necessidades permanentes do contratante, na forma da definição contida no item 1.1 da Instrução Normativa Mare nº 18/1997.

4. Com efeito, a identificação dos serviços de natureza contínua, não se faz a partir do exame da atividade desenvolvida pelo particular. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita com a contratação.

5. Outrossim, não vislumbro impedimento a que o órgão ou entidade contratante estabeleça, em casos excepcionais, nos instrumentos contratuais que tenham por objeto serviços de natureza contínua, prazo de vigência superior ao período de um ano, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei de Licitações. A meu ver, nesses casos, a Administração dispõe de discricionariedade para determinar o prazo da contratação, levando em consideração as peculiaridades e a complexidade do objeto, além dos benefícios advindos desse ato. (Declaração de Voto, no Acórdão 222/2006 - Plenário)."

Dessa forma, constata-se que o objeto contratado corresponde àquilo que doutrina e jurisprudência consideram serviço de prestação continuada, portanto, correta a aplicação do citado permissivo legal ao presente caso concreto.

## II - CONCLUSÃO

Dessa forma, entende-se que não existem impedimentos legais para a efetivação do 6º aditivo ao contrato nº. 024/2014.PMA.GP firmado com a empresa GRIFFO COMUNICAÇÃO E JORNALISMO LTDA, pelo período de 06 (seis) meses, ante a constatação de legalidade na expedição do ato, em consonância com o estabelecido no art. 57, inc. II da lei federal nº 8666/93.

É a manifestação à sua superior consideração.

David Reale da Mota  
Procurador Municipal  
OAB/PA nº 19.206

Sebastião Niani Romão  
Procurador Geral do Município